

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

**Transformações na indústria bancária brasileira
e o cenário de crise**

1. Apresentação

O presente Comunicado da Presidência trata da temática bancária no Brasil, especialmente no atual cenário de crise econômica internacional em que as altas finanças assumiram maior importância. Três são as partes constitutivas, a saber:

- a seção 1 descreve brevemente o contexto da atuação da indústria bancária no mundo;
- a seção 2 apresenta a evolução da atividade bancária no Brasil; e
- a seção 3 discute parâmetros nacionais de desempenho dos bancos no Brasil.

As informações quantitativas primárias utilizadas, bem como as referências bibliográficas encontram-se na parte final do estudo. Todas elas correspondem, em grande parte, ao esforço analítico de um conjunto de pesquisadores do IPEA¹.

1 – Contexto geral da indústria bancária no mundo

A partir do último quartel do século passado, parcelas significativas das economias passaram a ser dirigidas novamente pelo comportamento das altas finanças, com as atividades bancária e financeira assumindo maior centralidade no conjunto das políticas governamentais. Em função disso, o desempenho econômico dos países tornou-se mais propenso às crises financeiras. Desde a década de 1970 passou a predominar a cada dois anos, em média, uma situação de crise financeira segundo diversas modalidades (inadimplência bancária, especulação cambial, entre outras). A atual turbulência internacional se inscreve no contexto geral de fragilidades e crises especulativas geradas pela atuação da indústria bancária no mundo².

Nesse sentido observa-se que o avanço do processo de financeirização das economias terminou sendo demarcado pela predominância de duas características. A primeira relaciona-se ao movimento mais geral de desregulamentação financeira, revertendo os acordos de *Bretton Woods*, durante a primeira metade da década de 1970. Com o desaparecimento das taxas de juros fixas e a expansão de mercados financeiros sem o controle das autoridades públicas nacionais e internacionais, as finanças se deslocaram uma vez mais da economia real, indicando a possibilidade de geração de riqueza sem contrapartidas em termos de produção baseadas, apenas, em inovação tecnológica e sofisticação dos serviços financeiros.

A segunda característica é a significativa redução da presença dos bancos públicos na indústria bancária. No final da década de 1990, por exemplo, os países industrializados contavam com cerca de um quarto do total dos ativos bancários sob responsabilidade do setor público, enquanto em 1970 chegou a atingir dois quintos. Esse movimento de maior privatização das atividades bancárias ocorreu pelo mundo,

¹ Este documento contou com a assistência e colaboração de: Denise Lobato Gentil, Ricardo L. C. Amorim, Liana Carleial, João Sicsú, Renault Michel, Milko Matijascic, Guilherme Dias e Jorge Abrahão de Castro.

² Para maiores detalhes, ver: Guttmann, 2008; Andrade & Mendonça, 2006.

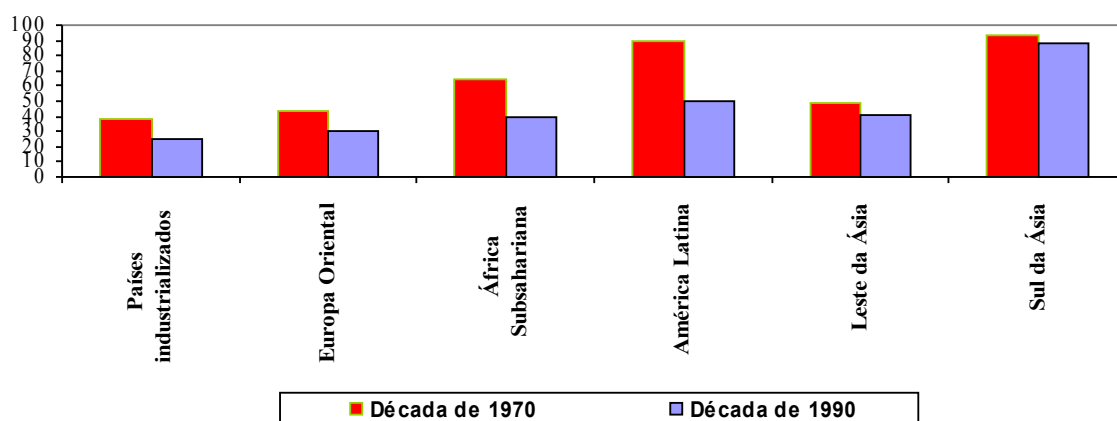
embora a América Latina e os países da Europa do Leste (ex-bloco soviético) tenham registrado experiências mais radicais de esvaziamento do Estado do setor bancário.

A presença do Estado no total dos ativos bancários caiu 37,5% na América Latina e 44,4% nos países da Europa do leste entre as décadas de 1970 e 1990. Já na região asiática, a redução na participação do setor público no total dos ativos bancários foi bem menor, 16,3% nos países da Ásia do leste e apenas 6,4% no sul da Ásia durante o mesmo período de tempo.

No período de 1987 a 2003, por exemplo, mais de 250 bancos foram privatizados no mundo, representando uma injeção de 143 bilhões de dólares nos cofres estatais. Somente no Brasil, os recursos envolvidos com a privatização bancária alcançaram a soma acumulada de 6,5 bilhões de dólares, conforme o Banco Central.

Todo esse movimento de redução da presença do setor público na indústria bancária não deixou de expressar o predomínio da visão sobre a superioridade das forças de mercado e a ineficiência dos bancos públicos (Boehmer *et al*, 2005; Clarke *et al*, 2004). Combinado com o esvaziamento do Estado no mercado financeiro houve também o fortalecimento do movimento de maior concentração bancária. Somente nos Estados Unidos, por exemplo, registrou-se a diminuição de 41% no total dos bancos comerciais entre 1990 (12.343) e 2007 (7.282)³.

Gráfico 1– Presença do Estado na indústria bancária nas décadas de 1970 e 1990 (em % do total de ativos dos bancos)



Fonte: Shleifer *et al*, 2002 (Elaboração IPEA)

Com a crescente privatização, fusão e incorporação no segmento bancário, ganharam maior importância as corporações transnacionais financeiras na sustentação do próprio processo de globalização capitalista com baixa regulação pública. O descolamento das finanças nacionais para com o desenvolvimento local tornou uma das evidências da emergência dos ganhos fictícios generalizados pela liberação das inovações e maior circulação financeira.

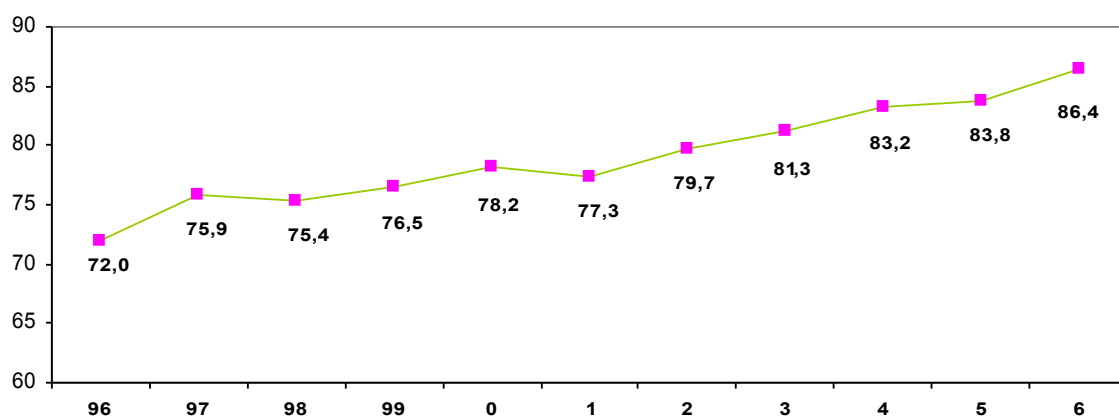
2 – Breve evolução das atividades bancárias no Brasil

³ Ver mais em: Jones & Critchfield, 2005.

Desde o início da década de 1990 que se assiste à significativa transformação na indústria bancária no Brasil. Acompanhando todo o procedimento de modernização das atividades bancárias, com importantes avanços tecnológicos e abrangência e sofisticação de serviços, houve também maior concentração bancária e crescimento da presença do capital estrangeiro.

De maneira geral, isso pode ser facilmente percebível da participação dos 20 maiores bancos em operação no Brasil no total dos ativos bancários. Somente em dez anos (1996 – 2006), a participação dos 20 maiores bancos no total de ativos aumentou 20%, passando de 72% para mais de 86%.

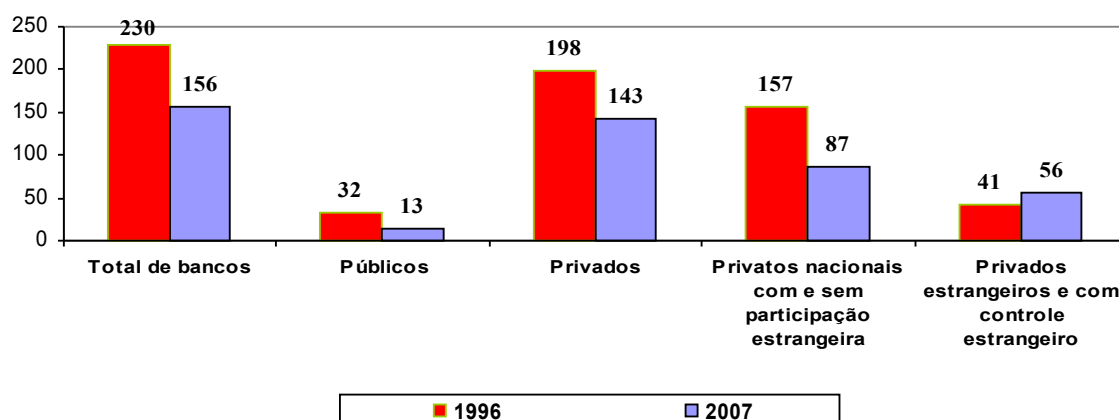
Gráfico 2 – Brasil: evolução da participação dos 20 maiores bancos no total dos ativos dos bancários



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Com a concentração bancária no Brasil houve a redução em 32,2% na quantidade de bancos em operação nos últimos onze anos⁴. Em 2007, por exemplo, o país possuía somente 156 instituições bancárias, enquanto a Alemanha registrou 2.130 bancos e os Estados Unidos 7.282 bancos⁵.

Gráfico 3– Brasil: evolução do número de bancos segundo origem do capital



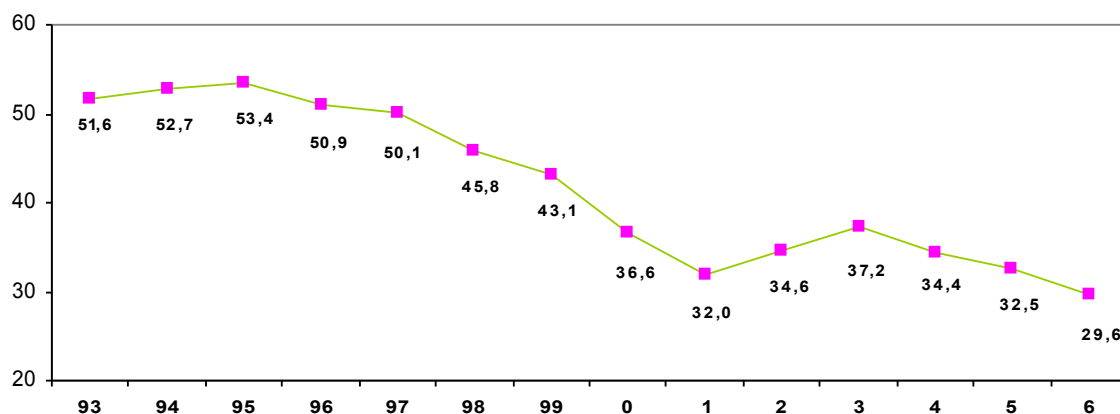
Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

⁴ No mesmo período de tempo houve nos EUA a redução de 23,6% no total de bancos, passando de 9.528, em 1996, para 7.282, em 2007.

⁵ Segundo dados do Bundesbank da Alemanha, banco Central do Brasil e FDIC dos EUA.

Mesmo com a queda na quantidade de bancos públicos (59,4%) e privados (27,8%) no país entre 1996 e 2007, observa-se o crescimento de instituições bancárias privadas estrangeiras 36,6%. A principal fase de redução da presença dos bancos públicos no Brasil ocorreu entre 1995 e 2001, com uma breve interrupção entre 2001 e 2003, quando voltou novamente a perder importância relativa no total de ativos bancários. Em 2006, por exemplo, os bancos públicos respondiam por menos de 30% do total de ativos bancários, enquanto em 1993 era de quase 52%.

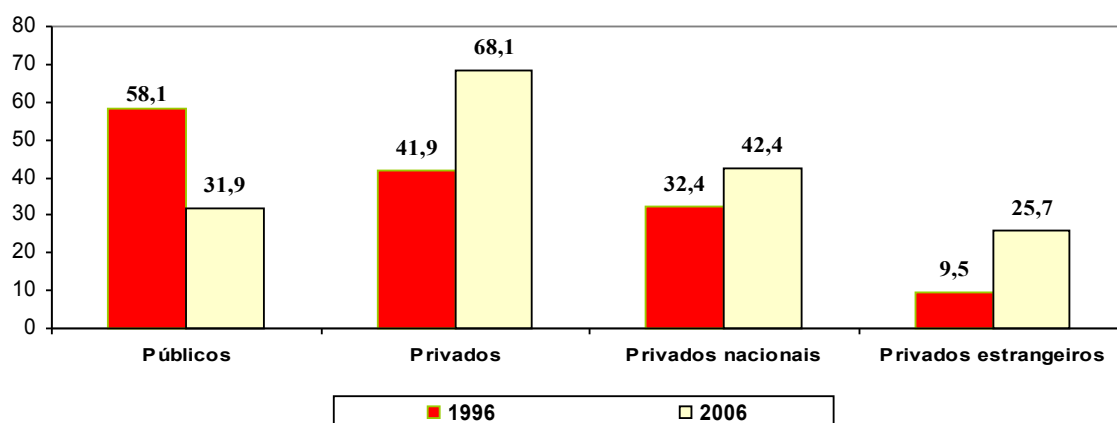
Gráfico 4– Brasil: evolução da participação do setor público no total dos ativos dos bancos



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Por consequência da diminuição do peso dos bancos públicos no total de ativos houve a expansão dos bancos privados nas operações de crédito. Em 2006, por exemplo, os bancos públicos respondiam por quase 1/3 do total das operações de crédito, enquanto em 1996 encontrava-se próximo de 60%.

Gráfico 5 – Brasil: evolução da participação das instituições bancárias nas operações de crédito (em %)



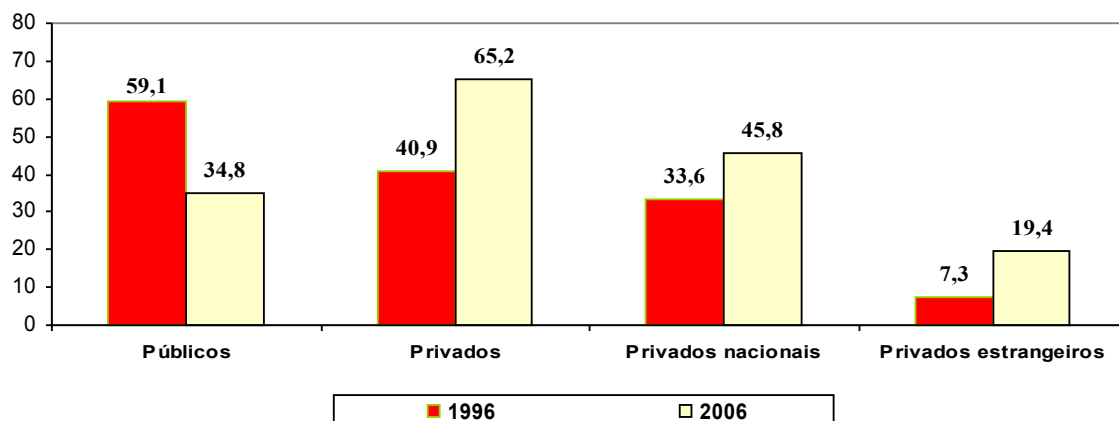
Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Com o setor privado concentrando quase 70% do total das operações de crédito no Brasil, pode-se perceber a importância crescente das instituições bancárias

estrangeiras. No ano de 2006, elas respondiam por mais de $\frac{1}{4}$ do crédito, enquanto em 1996 era menos de 10%. No período analisado, identifica-se o avanço dos bancos estrangeiros que parecem se aproximar da importância relativa dos bancos públicos.

O mesmo, contudo, não ocorre com a distribuição dos depósitos bancários. Os bancos estrangeiros respondem por menos de $\frac{1}{5}$ do total dos depósitos, enquanto os bancos públicos absorvem cerca de um terço. Em 1996, os bancos públicos respondiam por quase 60% dos depósitos e os bancos estrangeiros por menos de 8%.

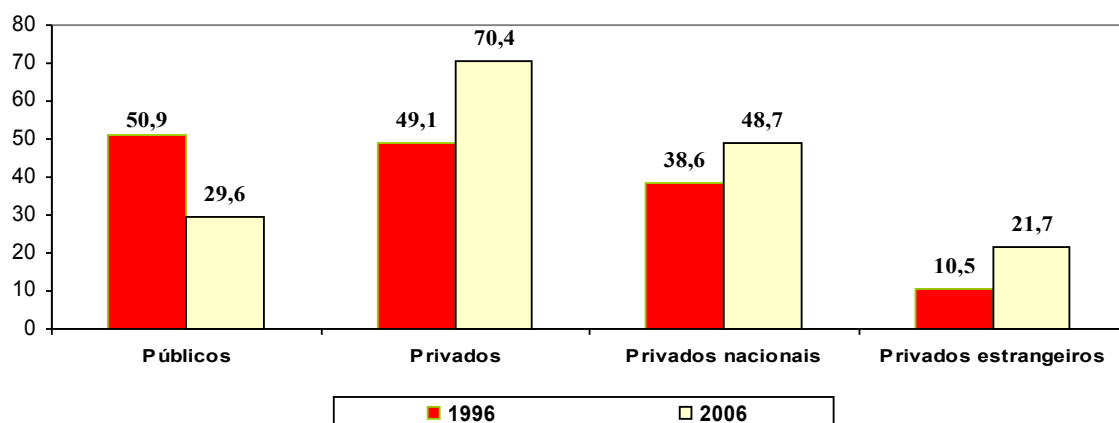
Gráfico 6 – Brasil: evolução da participação das instituições bancárias nos depósitos (em %)



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Também em se observa movimento idêntico de redução do peso dos bancos públicos em relação ao total de ativos. Em 2006, os bancos privados representaram mais de 70% dos ativos, sendo as instituições estrangeiras com quase 22% do total.

Gráfico 7 – Brasil: evolução da participação das instituições bancárias no total dos ativos (em %)



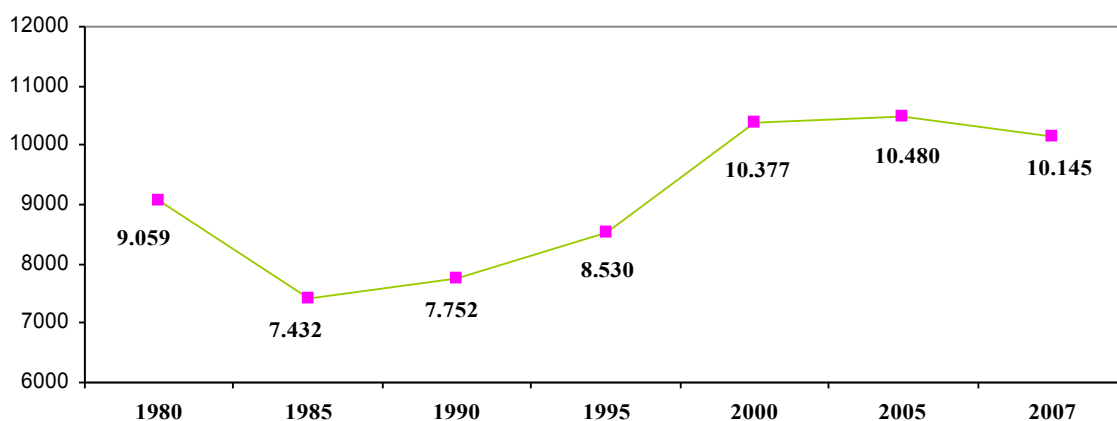
Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Concomitante com a diminuição do papel do Estado na indústria bancária nota-se mudança no padrão de competição no Brasil. Pelo menos isso é o que pode sugerir algumas informações referentes à relação da população com as agências bancárias em operação no país, bem como a distância média entre as agências.

Ao contrário dos Estados Unidos, que combinou a redução na quantidade de bancos com ampliação do número de agências bancárias, o Brasil apresentou diminuição na quantidade tanto de bancos como no número de agências. Em 2007, por exemplo, os Estados Unidos tinham 55,1% mais agências bancárias do que em 1990 (de 50.858 para 78.867), enquanto o Brasil registrava queda de 8,4% (de 19.996 para 18.308), conforme informações oficiais dos respectivos bancos centrais.

Em virtude disso, a presença física dos bancos em relação à população e no território nacional apresentou importante diminuição. Até a década de 1980, por exemplo, havia para cada agência, em média, cerca de 8 mil brasileiros. A partir de 1990, a relação de agência por brasileiro subiu para mais de 10 mil pessoas. Em 2007, o Brasil tinha menos agência por população que em 1980.

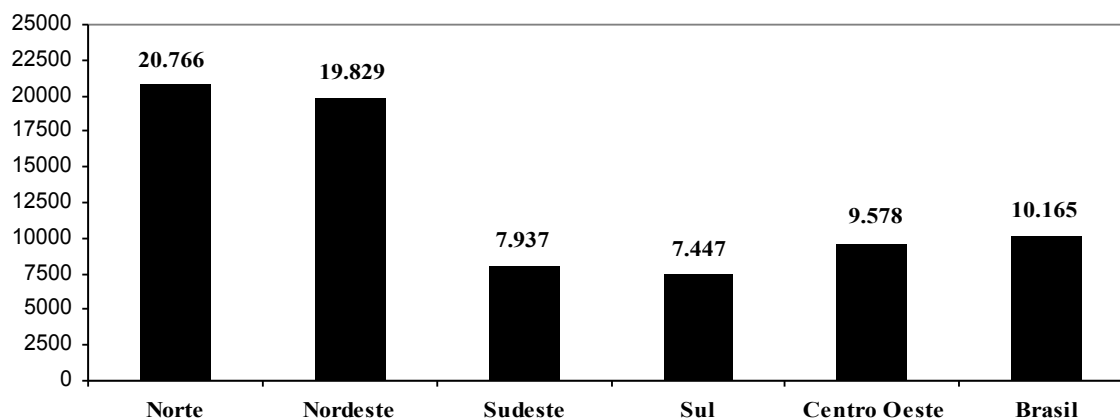
Gráfico 8 – Brasil: evolução da relação média entre população e agência bancária



Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

A distribuição das agências bancárias entre o conjunto da população brasileira encontra-se muito diferenciada segundo a região geográfica. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, a relação da população por agência chega a ser quase três vezes maior do que nas regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 9 – Brasil: relação média entre população e agência bancária por grandes regiões geográficas em 2006

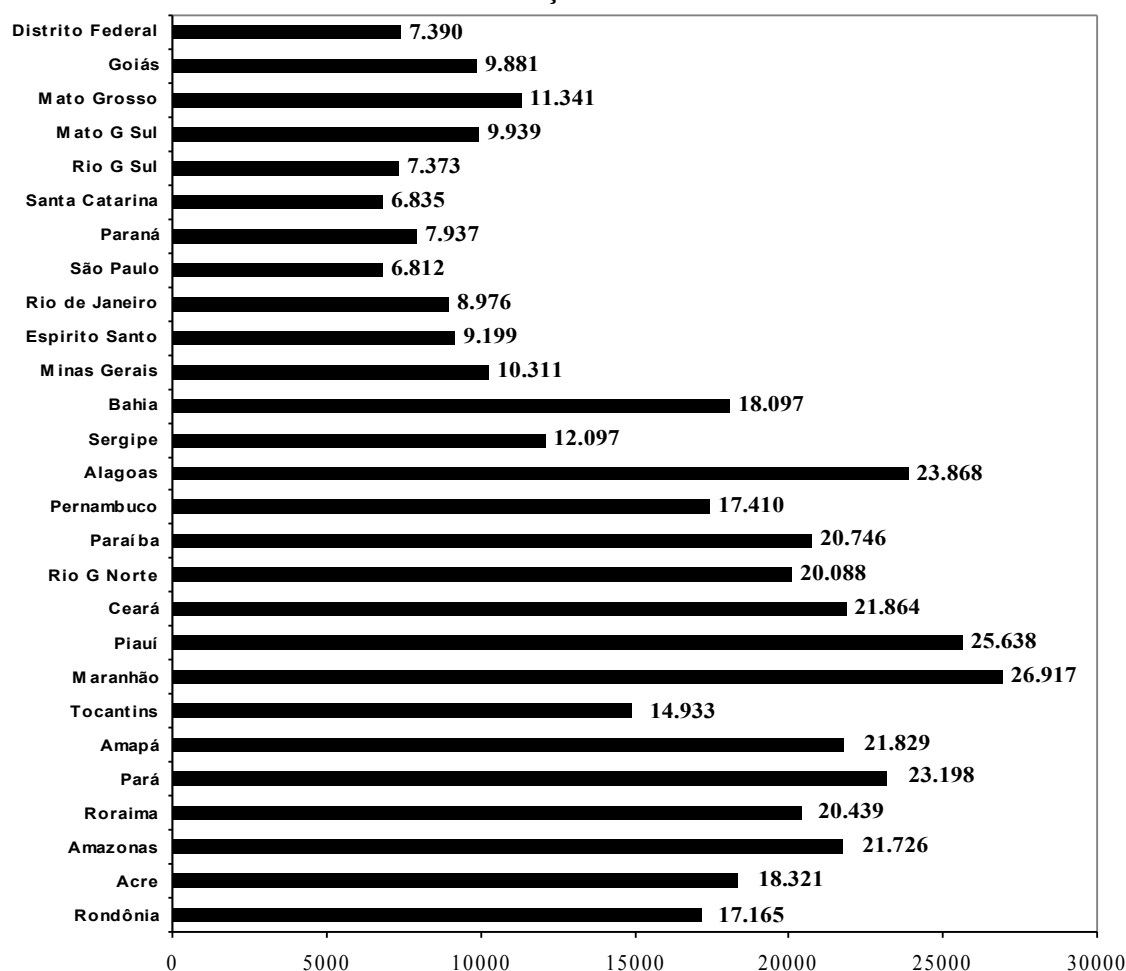


Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

Nos estados e municípios da federação, a relação das agências bancárias com a população termina sendo ainda mais diferenciada. Os estados com maior penetração das agências bancárias no conjunto da população em 2006 foram: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

O estado de São Paulo concentra as sedes dos principais bancos privados do país, como no caso de 99 organizações bancárias que representam 62,7% do total dos bancos em operação no Brasil, enquanto o Distrito Federal localiza as sedes dos bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina observa-se a importante presença dos bancos estaduais, que respondem por quase 1/3 do total das agências bancárias. Os estados com menor presença das agências bancárias no conjunto da população são: Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará e Ceará, que se situam no Norte e no Nordeste do país.

Gráfico 10 – Brasil: relação média entre população e agência bancária por estados da federação em 2006

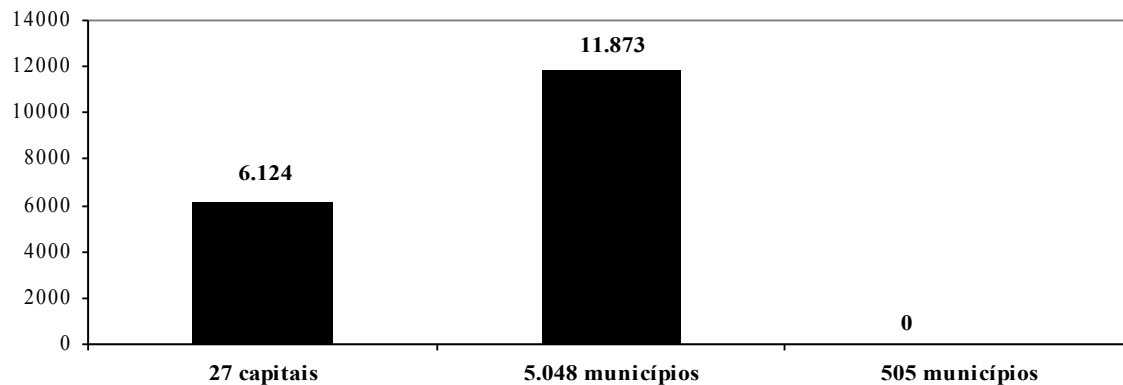


Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

No conjunto dos municípios brasileiros, percebe-se a importante presença das capitais de Estados um grau maior de concentração das agências bancárias. Somente

as 27 capitais de estados responderam em 2006, por 33,9% do total das agências bancárias existentes em todo o país, embora possuíssem 24,2% da população brasileira.

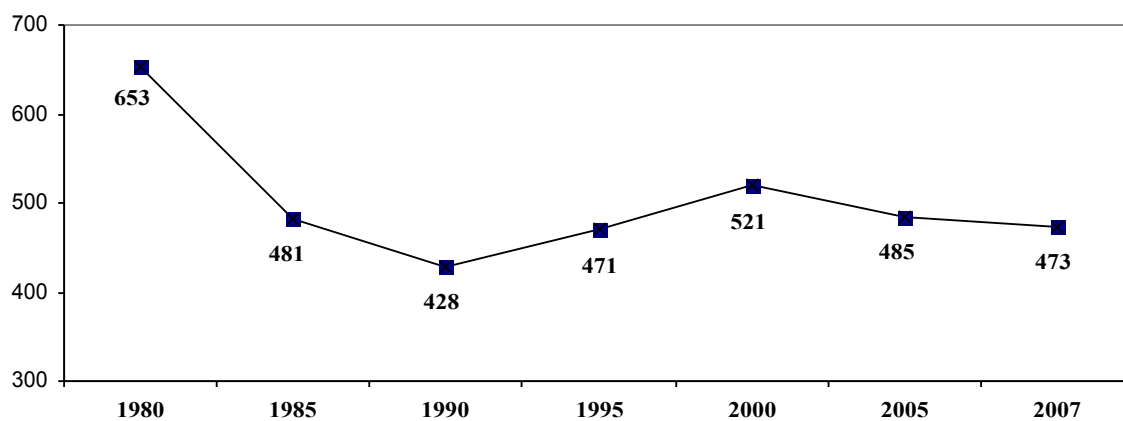
Gráfico 11 – Brasil: distribuição das agências bancárias por agregação de municípios em 2006



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Por conta disso, havia, em média, para cada grupo 6.124 pessoas residentes nas capitais, uma agência bancária, enquanto no restante do Brasil (excluído a população das capitais), que concentra 66,1% da do total da população, eram 11.873 habitantes residentes, em média, para cada agência bancária. Isso sem registrar ainda o fato de haver 505 municípios brasileiros (9% do total) sem a presença de agência bancária.

Gráfico 12 – Brasil: evolução da distância média entre as agências bancárias (em Km²)

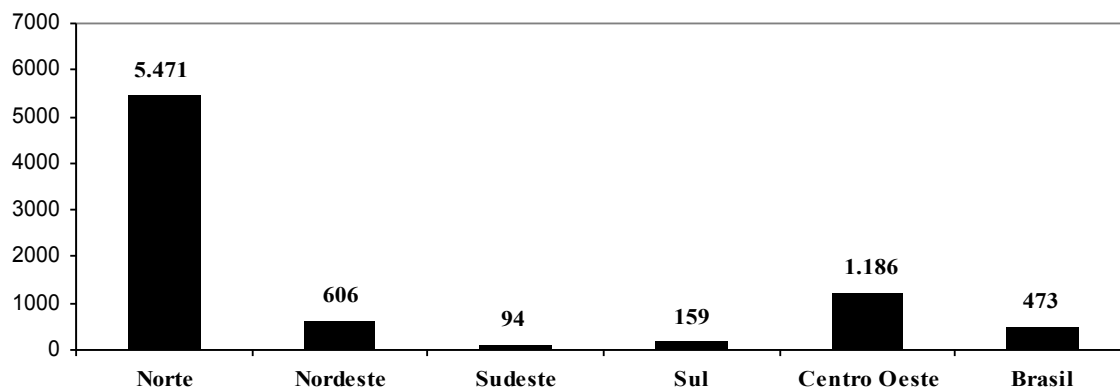


Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

Para além da relação da distribuição de agências no total da população, cabe considerar também as distâncias que separam os locais de atendimento bancário. As informações oficiais do Banco Central apontam que a tendência de queda na distância média entre as agências bancárias foi interrompida na década de 1990, quando passou a exigir maior deslocamento da população até o banco. No período recente voltou a reduzir a distância média entre as agências bancárias, tendo o ano de 2007 (473 km²)

ainda maior separação territorial do que em 1990 (428 km²), porém menor que a do ano de 2000 (521km²)

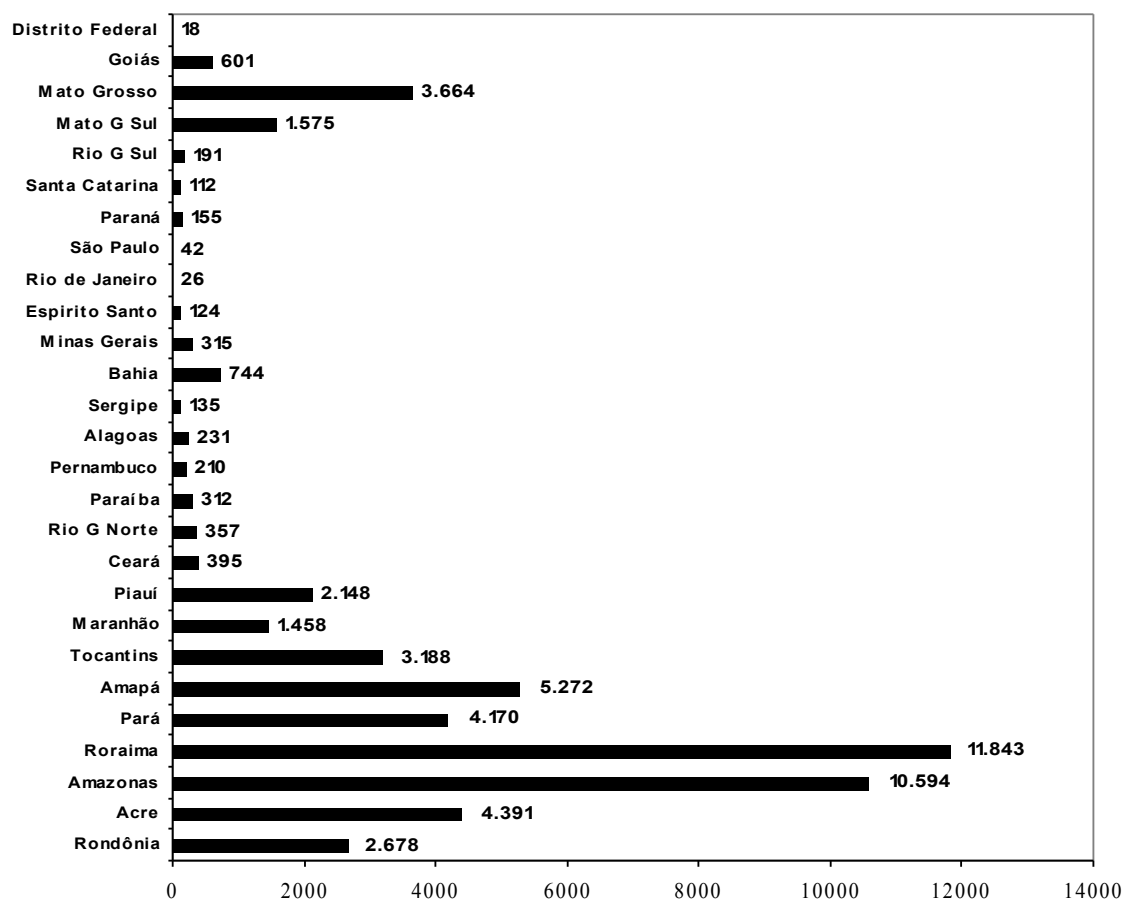
Gráfico 13 – Brasil: atendimento via agências bancárias por grandes regiões geográficas em 2006 (em Km²)



Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

A distância média nacional entre agências bancárias não pode ser considerada uma medida precisa da realidade do conjunto do Brasil. No ano de 2006, por exemplo, o morador da região sudeste encontrava uma agência bancária a cada 97 km², enquanto o residente da região norte tinha 58 vezes mais distância a percorrer ou quase 13 vezes no caso da região centro-oeste.

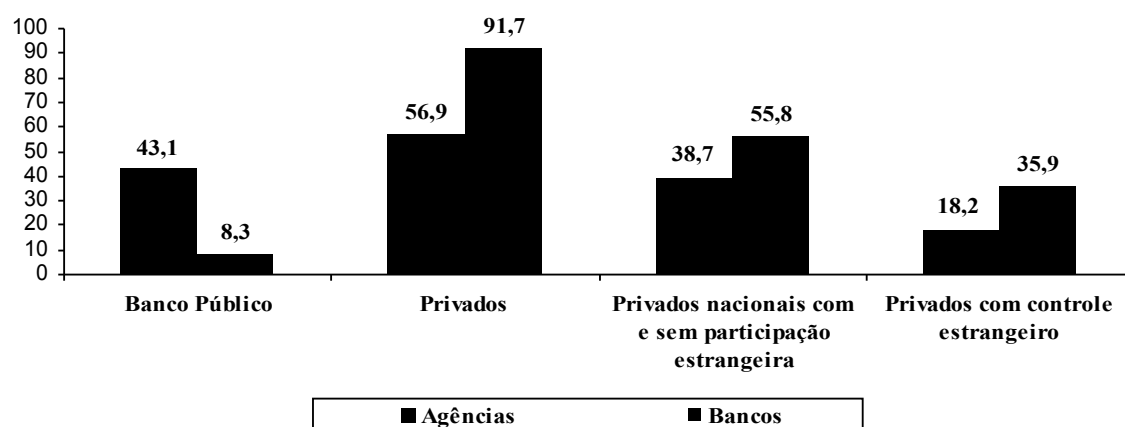
Gráfico 14 – Brasil: cobertura de agências bancárias por estados da federação em 2006 (em Km²)



Fonte: BACEN e IBGE (Elaboração IPEA)

O Distrito Federal é o local do Brasil com menor distância média entre as agências bancárias (18 km²), seguido do Rio de Janeiro (26 km²) e São Paulo (42 km²). Já os estados de Roraima (11.843 km²), Amazonas (10.594 km²) e Amapá (5.272 km²) registram as maiores distâncias médias entre as agências bancárias.

Gráfico 15 – Brasil: distribuição das agências e dos bancos por origem do capital em 2006 (em %)



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

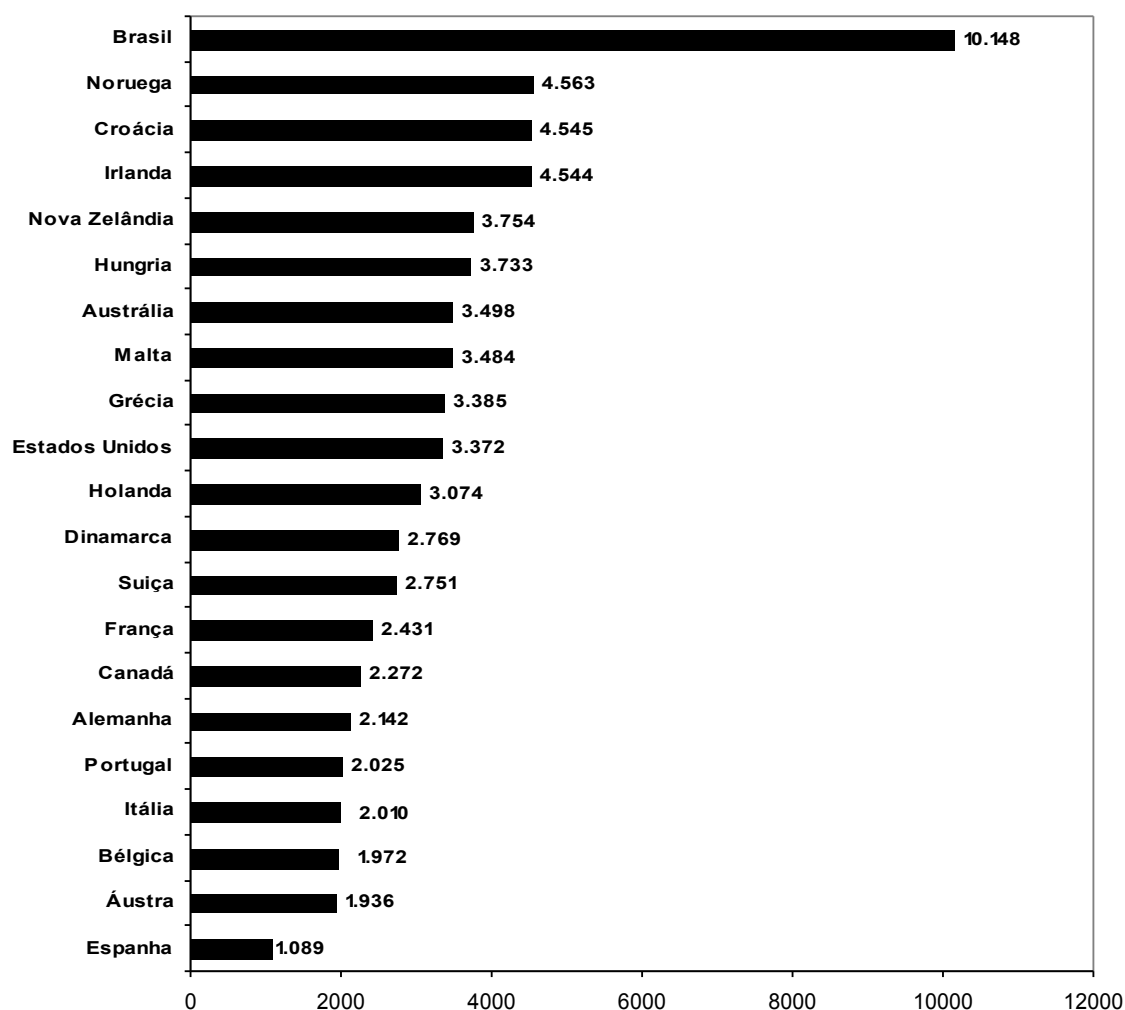
Em grande medida, a diferença no grau de penetração das agências bancárias no conjunto da população e no território nacional tende a se encontrar relacionada a maior ou menor presença dos bancos públicos, uma vez que historicamente se caracterizam pela maior distribuição de suas unidades no conjunto do país. No ano de 2006, por exemplo, os bancos públicos, que representavam 8,3% do total dos bancos em operação no Brasil, respondiam por 43,1% do total das agências bancárias em operação. Já o setor privado, que representa quase 92% do total de bancos no Brasil, possuía menos de 57% do total das agências.

3 – Parâmetros da atuação bancária no Brasil

Diante das importantes transformações ocorridas nas duas últimas décadas na indústria bancária brasileira percebe-se que ainda não se mostrou possível superar alguns sinais de exclusão bancária e de certa elitização na prestação dos serviços financeiros no país. De certa forma, a internalização do avanço tecnológico no setor bancário brasileiro, que responde atualmente por quase 7% do Produto Interno Bruto Nacional, permite maior solidez na sua atuação, abrindo, por consequência, maior possibilidade de ampliação do grau de inclusão social e territorial.

Em conformidade com parâmetros internacionalmente utilizados para medir o grau de penetração das atividades bancárias no conjunto da população e no território nacional, observa-se como o Brasil ainda possuiu um importante caminho a percorrer. A partir de um conjunto de países analisados pelo Banco Mundial, percebe-se que o país apresenta baixo número de habitantes por agências bancárias para o conjunto da população brasileira.

Gráfico 16 – Indicador de acesso bancário em países selecionados em 2005 (quantidade média de pessoas por agência)



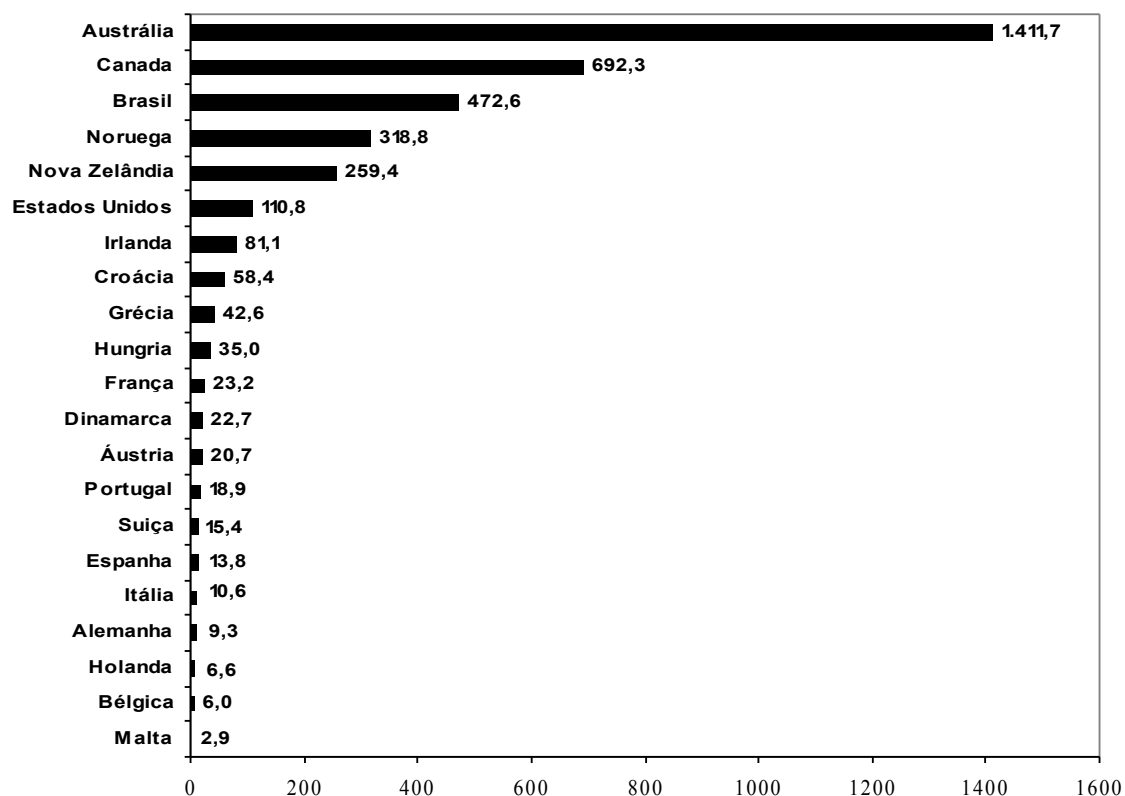
Fonte: BIRD, BACEN, IBGE (Elaboração IPEA)

Se comparada com a Espanha, que possui menos de 1,1 mil pessoas por agência bancária, o Brasil apresenta 9,3 vezes mais pessoas por agência. No caso dos Estados Unidos, o país detém três vezes mais população por agência.

Quando a referência passa a ser a distância entre agências bancárias, a situação brasileira abandona melhora um pouco entre os países analisados. Se a referência for os Estados Unidos, percebe-se que a cobertura de agências bancárias era 4,3 vezes maior que a brasileira. No caso de Portugal, a cobertura era 25 vezes maior que a existente no Brasil.

Se considerados esses mesmos indicadores de distância média entre agências por diferentes regiões geográficas brasileiras, estados e municípios da federação, pode-se constatar diferenças ainda mais marcantes. Isso parece assemelhar-se com as informações referentes à distribuição do total dos depósitos e dos créditos bancários por grandes regiões geográficas brasileiras.

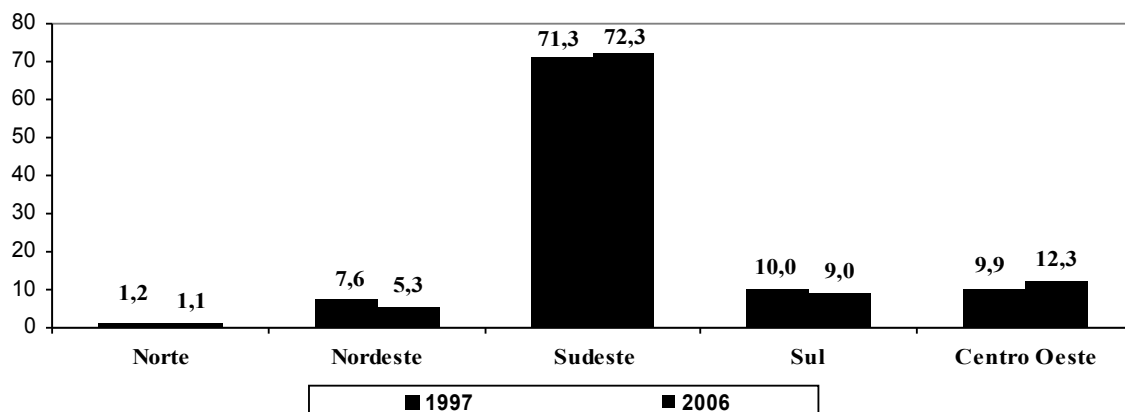
Gráfico 17 – Atendimento bancário via agências em países selecionados em 2005 (cobertura em Km² por agência)



Fonte: Banco Mundial, BACEN, IBGE (Elaboração IPEA)

Entre os anos de 1997 e 2006, por exemplo, a distribuição dos depósitos bancários por grandes regiões geográficas não apresentou modificações expressivas, salvo os casos da região Nordeste, que perdeu participação relativa, e do Centro Oeste, que aumentou o seu peso relativo. Não houve transformação na distribuição dos depósitos entre os anos considerados e prevalece importante desigualdade entre as regiões que indica a desproporção dos depósitos bancários entre regiões ricas e pobres.

Gráfico 18 – Brasil: distribuição dos depósitos bancários por grande região geográfica (em %)

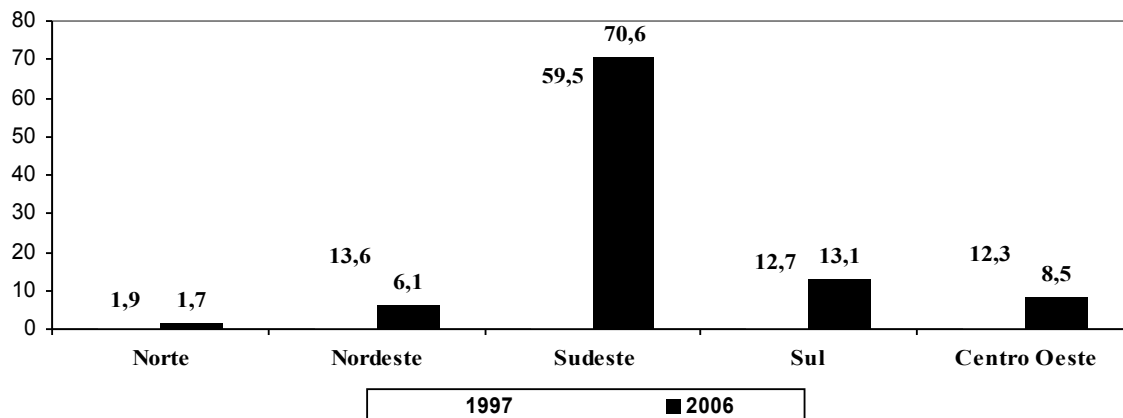


Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Já em relação à divisão do crédito bancário por região geográfica, constata-se modificação substantiva. Os estados mais pobres perderam significativa participação

no total do crédito bancário no país entre 1997 e 2006, enquanto as regiões Sul e Sudeste aumentaram ainda mais seus pesos relativos.

Gráfico 19 – Brasil: distribuição das operações de crédito bancário por grande região geográfica (em %)



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Em síntese, verifica-se o fortalecimento do movimento de concentração geográfica do crédito bancário no país. Em 2006, por exemplo, as regiões Sul e Sudeste, responderam por quase 84% do crédito bancário, enquanto em 1997, representavam menos de 73% (aumento de 15,9%). As regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste acumularam uma perda de 41,4% na participação relativa no total do crédito bancário brasileiro entre 1996 e 2006. Ou seja, passaram de 27,8%, em 1997, para 16,3%, em 2006.

Tabela 1: Taxa anual real de juros sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias segundo países selecionados na primeira semana de abril de 2009

Instituição	País	Juro real
<i>HSBC</i>	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
<i>Santander</i>	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
<i>Citibank</i>	E.U.A	7,28
	Brasil	60,84
<i>Banco do Brasil</i>	Brasil	25,05
<i>Itaú</i>	Brasil	63,25

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

Outro aspecto importante do tema do crédito no Brasil diz respeito ao montante do seu custo para a população e as atividades econômicas. Ao se contrastar o custo do crédito ofertado no Brasil e em localidades no exterior percebe-se o diferencial praticado por mesmas instituições bancárias.

Tabela 2: Taxa anual real de juros pré-fixada sobre capital de giro de empresas em instituições bancárias segundo países selecionados

Instituição	País	Juro real
HSBC	Reino-Unido	7,86
	Brasil	40,36
Santander	Espanha	3,80
	Brasil	15,58
Citibank	E.U.A	nd
	Brasil	17,50
Banco do Brasil	Brasil	19,46
Itaú	Brasil	27,42

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

Para empréstimos à pessoa física, o diferencial chega a ser de quase 10 vezes mais elevado para o brasileiro em relação ao crédito equivalente no exterior. Para empréstimos à pessoa jurídica, a diferença de custo é menor, mesmo assim mais de 4 vezes mais alta para o brasileiro. A diferença de valores pagos pelo crédito parecem se manter expressiva ao longo do tempo no Brasil em relação aos Estados Unidos e a Zona do Euro.

Tabela 3: Taxa média anual de juros no Brasil, EUA e Zona do Euro para pessoas físicas e jurídicas - %

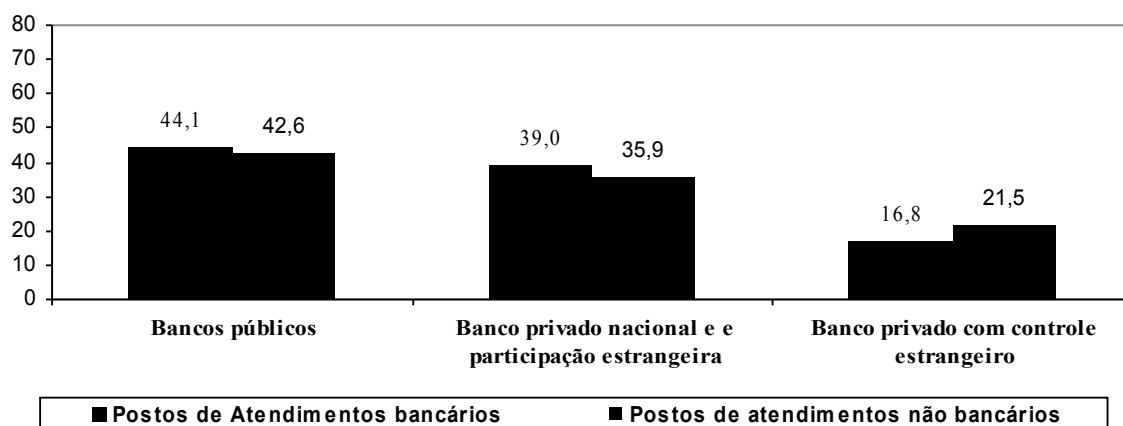
	EUA		ZONA DO EURO		BRASIL	
	PF	PJ	PF	PJ	PF	PJ
	<i>Pessoal</i>	<i>C. Giro</i>	<i>Pessoal</i>	<i>C. Giro</i>	<i>Pessoal</i>	<i>C. Giro</i>
2000	15,23	9,5			67,7	32,5
2001	13,88	4,84			84,2	37,7
2002	12,78	4,25			83,6	43,6
2003	12,91	4	5,98		66,3	42,9
2004	13,92	5,15	5,88		60,3	41,0
2005	14,49	7,16	5,62		57,4	42,9
2006	15,09	8,25	5,93		58,9	31,1
2007	14,74	7,33	6,37	5,86	43,6	27,9
2008	13,96	4	6,38	5,45	60,4	38,1

Fonte: FDIC; BCE e BCB (Elaboração IPEA)

Mesmo com esse diferencial, observa-se o avanço da experiência brasileira de popularização de serviços bancários por intermédio das operações de correspondentes não bancários, embora ainda à margem da estrutura bancária oficial. No ano de 2008, por exemplo, o Brasil registrou a presença de 84,3 mil correspondentes bancários operados em locais não bancários como padarias, postos lotéricos, correios, farmácias, entre outros.

Do total de correspondentes não bancários, 67,2% estavam concentrados nas regiões Sul-Sudeste e 42,6% de associados aos bancos públicos. Os serviços dos correspondentes não bancários parecem atender mais à parcela da população sem maior presença na estrutura oficial do sistema bancário tradicional.

Gráfico 20 – Brasil: distribuição das agências e postos de atendimentos bancários e não bancários em 2007 (em %)



Fonte: BACEN (Elaboração IPEA)

Para o segmento populacional incluído nos bancos, além da modalidade de acesso à agência bancária há ainda, os serviços pela via internet, bem como os postos oficiais descentralizados de atendimentos. Neste caso, a presença dos bancos privados termina sendo levemente superior aos bancos públicos.

4- Considerações Finais

Com base nas páginas anteriores, constata-se uma importante transformação na indústria bancária brasileira no período recente. Concomitantemente com o avanço no processo de modernização tecnológico e da ampliação e sofisticação dos serviços prestados, ocorreu também tanto o movimento de concentração dos bancos e de redução da presença dos bancos públicos como a própria expansão das instituições bancárias estrangeiras.

Mesmo com todas essas importantes modificações no sistema bancário nacional, constatou-se a presença de sinais de baixa inclusão social. De um lado porque tendo havido aumento na quantidade de bancos em operação houve redução no número de agências, o que tornou maior a aglomeração da população por posto de atendimento e aumentou a distância média entre as agências oficiais.

De outro lado porque grandes parcelas da sociedade brasileira contam com escassa inclusão bancária. Existem 505 municípios brasileiros sem agência bancária e é patente a desigualdade na oferta de serviços entre regiões, estados, municípios e no interior, quando existe comparação com as capitais de Estados. Ainda que seja possível argumentar que existe um importante número de postos ou correspondentes bancários, o atendimento à população e a disponibilidade de serviços não possui a mesma abrangência e magnitude, embora exerça de fato um relevante papel social.

Um dos exemplos disso tem sido a permanência de acesso diferenciado entre regiões no total do crédito, bem como um aumento na desigualdade em relação ao atendimento e à oferta de serviços por bancos e por correspondentes não bancários.

Muitos consideram que a atual crise financeira internacional é uma prova da qualidade do sistema bancário brasileiro e de seus mecanismos de regulação. De fato, quando são comparados os resultados obtidos no Brasil com os países da América do Norte, Europa Ocidental e Japão, no momento atual, essa constatação é de difícil

refutação. No entanto, ao considerar dados sobre a disponibilidade de crédito barato e de atendimento da população, o cenário se torna significativamente diferente. O crédito é caro e o atendimento é precário em vastas regiões do Brasil. Esse quadro, quando os efeitos mais graves da crise forem superados, vai recolocar o problema de acesso ao crédito e representar, novamente, um obstáculo para atingir um padrão de crescimento econômico mais elevado, pois, mesmo que a crise tenha forte componente bancários, o crédito continuará sendo a força motora mais essencial para dar sustentação ao crescimento e gerar a sua transformação num ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Referência bibliográficas

- CHAILLOUX, A *et al* (2008). *Central Bank Response to the 2007-08 Financial Market Turbulence: Experiences and Lessons Draw*. IMF Working Paper. WP/08/210.
- IPEA (2009). *Carta de Conjuntura*. IPEA: Brasília, setembro de 2008.
- IPEA. *Indicadores IPEA*. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br.htm>>, 2008.
- KIFF, J. e MOLLS, P. (2007). *Money for Nothing and Checks for Free: Recent Developments in U.S. Subprime Mortgage Markets*. IMF Working Paper. WP/07/188.
- LA EVEN, L. e VALENCIA, F. (2008). *Systemic Banking Crises: A New Database*. IMF Working Paper. WP/08/224.
- BANCO CENTRAL (2008) *O setor bancário em números*. Brasília.
- PANIZZA, U. & MICCO, 2. (2005) *Public Bankers in Latin America*. Washington: IADB.
- SHLEIFER, A. *et al* (2002) *Government Oversight of Banks*. *Journal of Finance*, 57: 265 – 301.
- MEGGINSON, W. (2004) *The Financial Economics of Privatizations*. New York: OUP.
- MICCO, A. *et al* (2004) *Bank Ownership and Performance*. Research Bank Working Paper. 518. Washington: IADB.
- BOEHMER, E. *et al* (2005) *Bank Privatization in Developing and Developed Countries*. *Journal of Banking and Finance*.
- CLARKE, G. *et al* (2004) *Structural reform in Latin American Banking Since 1990*. Stanford: LASU.
- BECK, T. *et al* (2003) *State Bank Transformation in Brazil*. Washington: WB.
- BECK, T. *et al* (2000) *A New Database on Financial Development and Structure*. Washington: WBER, 14, 597 -605.

- DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *et al* (2004) *Regulations, Market Structure, Institutions, and the Cost of Financial Intermediation*. Journal of Money, Credit and banking, 36, 593 – 622.
- BAER, W. & NAZMI, N. (2000) *Privatization and Restructuring of Banks in Brazil*. The Quarterly Review of Economics and Finance, 40, p. 2 -24.
- ANDRADE, R. & MENDONÇA, A. (2006) *Regulação bancária e dinâmica financeira*. Campus IE/UNICAMP.
- GELOS, R. (2006) *Banking Spreads in Latin America*. IMF WP,06/44.
- METTENHEIM, K. & LINS, M. (2008) *Government Banking*. São Paulo: KAS.
- PINHEIRO, A. & OLIVEIRA FILHO, L. (2007) *Mercado de capitais e bancos públicos*. Rio de Janeiro: ANBID.
- GUTTMANN, R. (2008) *Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 82,11 – 33.
- JONES, K. & CRITCHFIELD, T. (2005) *Consolidations in the U.S. Banking Industry*. Washington: FDIC Banking Review, 14/4, 31 – 61.
- FEBRABAN (2008) *Um novo cenário*. São Paulo.
- DIAS, L. (2005) *Por que os bancos são o melhor negócio do país?* In: ALBUQUERQUE, E. (Org.) Que país é esse? São Paulo: Editora Globo.